



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLOS SIC

SECRETARIA: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por

EMENTA: Expedientes de discriminação por orientação sexual. Informações prestadas. Acesso facultado mediante consulta pessoal. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 232/2017

1. Trata o presente expediente de pedido à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, número SIC em epígrafe, para acesso a informações sobre andamento de expedientes gerados por denúncias de discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero, bem como a ata de audiência, número de denúncias semelhantes recebidas de 2015 a 2017, e as providências adotadas.
2. Em resposta, o ente disponibilizou informações relativas à quantidade de denúncias recebidas nos anos requeridos, bem como ofertou a possibilidade de vistas ao expediente requerido para consulta pessoal mediante agendamento por endereço eletrônico, mantendo a decisão em recurso. Insatisfeito, o interessado apresentou recurso a esta Ouvidoria Geral, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Analisando-se o feito, constata-se que a resposta ofertada encontra-se devidamente respaldada na legislação vigente, pois o artigo 11, §1º, inciso III e §6º, da Lei nº 12.527/2011, autoriza o órgão público a indicar local onde a informação possa ser obtida, como ocorrido no caso em apreço, não havendo negativa de acesso.
4. Diante do exposto, tendo a Pasta atendido adequadamente a demanda relativa ao número de denúncias recebidas, bem como facultado o acesso para consulta pessoal do interessado sobre os demais dados almejados, **conheço do recurso** para, no mérito, **negar-lhe provimento**, com fundamento artigo 11, §1º, inciso III e §6º, da Lei nº 12.527/2011, ausentes as hipóteses de provimento recursal previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
5. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência dos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 19 de outubro de 2017.

GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO